

Nova moeda divide economistas

Há divergências entre os economistas sobre a idéia de se criar o cruzeiro forte.

José Claudio Ferreira da Silva,



do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), garante que, no sistema de duas moedas (cruzeiro real convivendo com o cruzeiro forte), só haverá hiperinflação na moeda velha se o Governo quiser. Isto porque o Governo poderá aumentar as taxas de juros para tornar atraentes as aplicações em cruzeiros reais, evitando que as pessoas corram para o consumo.

José Claudio acredita que, inicialmente, o acesso à nova moeda será restrito. Por exemplo, o Governo pode negociar o cruzeiro forte apenas com exportadores, em troca de dólares, ou recomprar títulos públicos com a nova moeda.

— A idéia da moeda forte não exige que a moeda velha se transforme num **mico** — diz.

O economista José Julio Senna, ex-diretor de dívida pública do Banco Central e atual diretor do Banco da Bahia, tem uma opinião diferente. Para ele, ao contrário de outros planos eco-

nômicos, quanto mais a população acreditar que o sistema de duas moedas vai dar certo, mais vai perder. Isto porque, por mais altos que sejam os juros nas aplicações em cruzeiros reais, quando o poupador resolver comprar a moeda nova, já será exigido um valor muito alto para a troca. Por exemplo, em vez de CR\$ 100 para cada cruzeiro forte, será obrigado a pagar CR\$ 500.

Senna frisa ainda que o sistema de duas moedas deverá ser muito recessivo, porque vai reduzir o volume de dinheiro em circulação e os investimentos na rede bancária. Ele lembra que, à medida em que forem necessários mais cruzeiros reais para cada cruzeiro forte, as pessoas ficarão mais pobres em dólar.

O ex-diretor do Banco Central Alberto Furuguem é mais radical. Ele entende que a tese é “mais uma experiência pela qual o país não merece passar”. Furuguem acha que o objetivo desse plano é dar credibilidade à moeda brasileira:

— Mas por mais absurdo que possa parecer, nossa moeda tem credibilidade, ou não existiriam US\$ 130 bilhões em depósitos à vista, em poupança e a prazo, fundão e títulos públicos.